**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO BAIXO SÃO FRANCISCO**

**DR. RAIMUNDO MARINHO**

**FACULDADE RAIMUNDO MARINHO DE PENEDO**

**CURSO BACHARELADO EM DIREITO**

FLÁVIA WILLIANE FERREIRA SILVA

**A VULNERABILIDADE DA MULHER NEGRA NO SISTEMA PRISIONAL ALAGOANO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

PENEDO/AL

2024

**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO BAIXO SÃO FRANCISCO**

**DR. RAIMUNDO MARINHO**

**FACULDADE RAIMUNDO MARINHO DE PENEDO**

**CURSO BACHARELADO EM DIREITO**

FLÁVIA WILLIANE FERREIRA SILVA

**A VULNERABILIDADE DA MULHER NEGRA NO SISTEMA PRISIONAL ALAGOANO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à banca examinadora do curso de Graduação em Direto, da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo, como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

 Orientadora: Prof. Esp. Karilâne Sampaio.

PENEDO/AL

2024

FLÁVIA WILLIANE FERREIRA SILVA

**A VULNERABILIDADE DA MULHER NEGRA NO SISTEMA PRISIONAL ALAGOANO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à banca examinadora do curso de Graduação em Direto, da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo, como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Esp. Karilâne Sampaio.

Penedo/AL \_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_de 2024 Aprovação\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Prof. Titulação e nome completo- Orientador \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

 Prof. Titulação e nome completo - Avaliador \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Prof. Titulação e nome completo – Avaliador

**AGRADECIMENTOS**

Como não poderia ser diferente, agradeço primeiramente а Deus, por nunca me abandonar, por me abençoar tanto, e por toda a relação divina entre o que se foi, o presente e o futuro.

Agradeço aos meus pais, que não só neste momento, mas em toda a minha vida estiveram ao meu lado. Mãe, você que me ensinou a ser uma mulher de força e um ser humano íntegro, com caráter, coragem e dignidade para enfrentar a vida. Pai, meu herói que me deu apoio, incentivo e apesar dе todas as dificuldades me fortaleceu para que eu chegasse até aqui, Amo vocês.

Obrigada! Irmãs, tias, primos e primas, pеlа contribuição valiosa e necessária durante toda minha vida.

Agradeço аo meu namorado Henrique, pelo amor, e quе dе forma especial е carinhosa me deu coragem, mе apoiando e incentivando nas horas difíceis, de desânimo e cansaço, ficando por horas me avaliando durante meus ensaios para apresentação deste.

Agradeço “in memoriam” os meus avôs maternos vô Neuza e vô Izabel que chegaram a ver o início dessa batalha, porém não puderam ver essa vitória, mas que as orações foram tão importantes e me fortaleceram até aqui.

 Agradeço a esta faculdade, sеυ corpo docente, direção е administração pelo ambiente amigável qυе proporcionam.

 Agradeço а todos os professores que passaram pela turma durante os anos, pоr proporcionar о conhecimento não apenas racional, mas а manifestação dо caráter е afetividade da educação nо processo dе formação profissional, pоr tanto qυе se dedicaram а mim, não somente pоr terem mе ensinado, mas por terem mе feito aprender.

O meu agradecimento em especial, se da a minha orientadora professora Karilâne Sampaio, que compartilhou seus conhecimentos em alguns períodos que esteve com minha turma e nos momentos que esteve ao meu lado dando suporte, fazendo correções me incentivando e que foi fundamental, tanto na minha formação quanto na elaboração desse trabalho.

“Consagre ao senhor tudo o que você faz, e os seus planos serão bem-sucedidos “

(Provérbios 16:3)

**RESUMO**

Esse estudo abordará a vulnerabilidade da mulher negra no sistema prisional alagoano, e tem como problemática a seguinte indagação: há uma efetiva proteção dos direitos da mulher negra encarcerada no estado alagoano?essa pesquisa tem como objetivo geral evidenciar quais fatores que intensificam situações vulnerabilidades, sobretudo, para a mulher negra, dentro do sistema prisional alagoano. Já os objetivos específicos são: a) Levantar bases epistemológicas acerca dos fatores que compreendem cor, classe social e gênero no sistema prisional brasileiro; b) compreender como as relações sociais (familiar e entre as próprias mulheres) corroboram com quadros de vulnerabilidade dentro do sistema prisional; c) discutir sobre a importância do papel das políticas públicas para minimizar contextos de vulnerabilidade, especialmente para a mulher negra alagoana privada de liberdade.Quanto à metodologia desse estudo compreende uma revisão bibliográfica básica, com abordagem qualitativa, da qual se caracteriza pela análise da realidade sem quantificar essa análise. A forma dessa pesquisa é não experimental, onde serão analisados artigos científicos, livros, anais de congressos que abordam a temática escolhida. Quanto ao objetivo da pesquisa é descritiva, onde serão descritos os contextos prisionais que as mulheres negras alagoanas vivenciam. Por último, a técnica de pesquisa é documental, tendo em vista que as informações são coletadas de artigos científicos, livros e outros documentos. Portanto, para a efetivação da proteção dos direitos das presidiárias são necessárias políticas públicas voltadas para a promoção de recursos assistenciais como vestimentas, materiais de higiene, comida, saúde e outros serviços para que as presas possam ter seus direitos tutelados.

**Palavras-chave:** direitos; mulher negra; encarceradas.

**ABSTRACT**

This study will look at the vulnerability of black women in the Alagoas prison system, and its problem is the following: is there effective protection of the rights of black women incarcerated in the state of Alagoas? The general objective of this research is to highlight the factors that intensify situations of vulnerability, especially for black women, within the Alagoas prison system. The specific objectives are: a) to establish an epistemological basis for the factors that include color, social class and gender in the Brazilian prison system; b) to understand how social relations (family and between the women themselves) corroborate situations of vulnerability within the prison system; c) to discuss the importance of the role of public policies in minimizing contexts of vulnerability, especially for black women in Alagoas who are deprived of their liberty. As for the methodology of this study, it comprises a basic bibliographical review, with a qualitative approach, which is characterized by the analysis of reality without quantifying this analysis. The form of this research is non-experimental, in which scientific articles, books and conference proceedings that address the chosen theme will be analyzed. The research objective is descriptive, describing the prison contexts experienced by black women from Alagoas. Therefore, in order to effectively protect the rights of women prisoners, public policies are needed to promote assistance resources such as clothing, hygiene materials, food, health and other services so that women prisoners can have their rights protected.

**Keywords:** rights; black women; prisoners.

**LISTA DE FIGURAS**

**Figura 1** – Brasil: Taxa de homicídios registrados de mulheres por 100 mil habitantes por raça/cor (2012 a 2022)19

**Figura 2** – População prisional23

**Figura 3** – População por cor/raça no sistema prisional em 202224

**Figura 4** – Taxa de aprisionamento feminino a cada cem mil, no Brasil, ao longo dos anos 2000-202229

**Figura 5** – População feminina prisional em 202331

**Figura 6** – População prisional Alagoana por cor/raça em 202232

**Figura 7** – População prisional Alagoana por cor/raça e gênero em 202233

**Figura 8** – População em idade de trabalhar, na força de trabalho, desocupada e subutilizada (%) por cor ou raça em 202134

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CNJ Conselho Nacional de Justiça

LEP Lei de Execução Penal

STF Supremo Tribunal Federal

SENAPPEN Secretaria Nacional de Políticas Penais

**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO11

2 A LUTA DA MULHER NEGRA NA HISTÓRIA BRASILEIRA13

2.1 ESCRAVIDÃO15

2.2 ESCRAVIDÃO DA MULHER NEGRA16

2.3 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL DE 1988 E O COMBATE AO PRECONCEITO RACIAL E DE GÊNERO17

3 O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO21

3.1 LEI DE EXECUÇÃO PENAL21

3.2 NÚMEROS DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO23

3.3 O PROBLEMA DA SUPERLOTAÇÃO25

4 A MULHER NEGRA NO SISTEMA PRISIONAL ALAGOANO27

4.1 DIREITOS DAS ENCARCERADAS28

4.2 O PERFIL DAS MULHERES PRESAS NO SISTEMA PRISIONAL ALAGOANO.29

4.3 DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES NEGRAS NO SISTEMA PRISIONAL ALAGOANO35

CONSIDERAÇÕES FINAIS39

REFERÊNCIAS41

**INTRODUÇÃO**

O sistema prisional compreende toda estrutura jurídica e material que tem como propósito efetivar a aplicação da punição nos infratores. Alguns grupos sociais apresentam maior vulnerabilidade quando presentes no âmbito carcerário como, por exemplo, as mulheres em virtude das condições do sexo feminino.

Nesse sentido, essa pesquisa tem como objetivo geral evidenciar quais fatores que intensificam situações vulnerabilidades, sobretudo, para a mulher negra, dentro do sistema prisional alagoano. Já os objetivos específicos são: a) Levantar bases epistemológicas acerca dos fatores que compreendem cor, classe social e gênero no sistema prisional brasileiro; b) compreender como as relações sociais corroboram com quadros de vulnerabilidade dentro do sistema prisional; c) analisar a superlotação e seu impacto dentro do sistema prisional.

Esse estudo abordará a vulnerabilidade da mulher negra no sistema prisional alagoano, e tem como problemática a seguinte indagação: há uma efetiva proteção dos direitos da mulher negra encarcerada no estado alagoano? Essa pesquisa se justifica diante de sua relevância acadêmica, tendo em vista que é comum a ocorrência de violações dos direitos dos apenados no Brasil conforme o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2023). Nesse sentido, é relevante a realização de pesquisas para debater acerca das vulnerabilidades enfrentadas pela população carcerária, e no caso desse estudo, tem como enfoque a figura da mulher negra privada de liberdade, posto que, ela representa um recorte de gênero, cor e raça que é alvo de diversos preconceitos (NUNES & NOGUEIRA, 2021).

Quanto à metodologia desse estudo compreende uma revisão bibliográfica básica, com abordagem qualitativa, caracterizada pela análise da realidade sem quantificar essa análise (ABREU, 2022). Essa pesquisa é não experimental, onde serão analisados artigos científicos, livros, anais de congressos que abordam a temática escolhida. O tipo da pesquisa é descritivo, onde serão descritos os contextos prisionais que as mulheres negras alagoanas vivenciam. Por último, a técnica de pesquisa é documental, tendo em vista que as informações são coletadas de artigos científicos, livros e outros documentos.

Quanto a estrutura do estudo é composta por três capítulos, onde no primeiro será abordada a luta da mulher negra na história brasileira, tendo como enfoque o fenômeno da escravidão, e a importância da Constituição Federal de 1988 no combate ao preconceito racial e de gênero.

No segundo capítulo serão apresentados dados do sistema carcerário brasileiro acerca da Lei de Execução Penal, e sua proteção em face dos direitos dos presos, bem como também serão analisados os números envolvendo a população do sistema prisional e o problema da superlotação no Brasil.

No terceiro capítulo, foi realizado um levantamento acerca das estatísticas envolvendo os direitos das presas, assim como o perfil das presidiárias no tocante à faixa etária, escolaridade e o tipo de infração penal cometido, e os desafios enfrentados pelas mulheres negras no sistema prisional alagoano.

2 A LUTA DA MULHER NEGRA NA HISTÓRIA BRASILEIRA

2.1 ESCRAVIDÃO

O período escravocrata no Brasil compreende um momento específico na história do país que começou no século XVI e terminou em 1888 com a criação da Lei Áurea. Nesse período, a população negra, que em muitas das vezes, foi retirada forçadamente do seu país de origem,teve sua mão-de-obra explorada pelos europeus dentro do território brasileiro.

Essa exploração é consequência direta da expansão comercial marítima europeia, reflexo da crescente procura por novos mercados, que culminou com a colonização do Brasil por muitos anos, e essa colonização tem como uma de suas marcas a instauração da escravidão no Brasil (PORFÍRIO, BLULM, e SILVA, 2021).

A população africana era levada para as colônias europeia para realizar trabalhos forçados em favor dos interesses dessas nações. Os escravos não tinham direito a nada, pelo contrário, diariamente, realizavam trabalhos por diversas horas sem acesso à comida, e além disso também eram agredidos durante a execução das atividades, pois os feitores queriam que eles fossem mais produtivos(CREMONESI, 2020).

O Brasil declarou sua independência em 1822, e nesse período estima-se que havia mais de 1 (um) milhão de escravos no Brasil, o que correspondia a cerca de um quarto da população total do país, e essa informação serve para demonstrar a dimensão da exploração desse povo (MOTTA, 2022)

Acerca das raízes da escravidão da população negra no Brasil, cita-se:

A escravidão no Brasil tem suas raízes nos sistemas preexistentes de escravidão indígena, bem como nas práticas escravagistas europeias e africanas. Desde o início da colonização portuguesa, utilizou-se a mão de obra indígena. Mas, com o boom da economia do açúcar e a crescente necessidade de uma força de trabalho imune às doenças europeias, os portugueses passaram a importar massivamente escravos africanos (MARTINS, 2024, p. 93).

Os escravos africanos eram alvo dos mais brutais atos de violência praticados pelo homem, e essa onda de violência senhorial fazia parte do cotidiano desses indivíduos, tendo como justificativa o argumento de que os indivíduos explorados não queriam realizar os trabalhos a eles impostos (CREMONESI, 2020).Não havia qualquer tipo de limitação com relação às penalidades aplicadas, haja vista que não existia um código prevendo, especificamente, as condutas e suas respectivas sanções.

A violência vivenciada pelos escravos era de natureza física, psicológica, moral, patrimonial e sexual. Eles eram agredidos diariamente, a alimentação era irregular; trabalhavam por muitas horas seguidas; eram açoitados, espancados e até mortos, e no caso das mulheres, a violência se apresentava, principalmente, por meio de agressões sexuais (PORFÍRIO, BLULM, e SILVA, 2021).

Por séculos a população negra foi marginalizada dentro do território brasileiro, e esse sistema foi responsável pela consolidação e legitimação da opressão da população negra no Brasil. Mesmo com o fim da escravidão, é possível observar que os recém-libertos eram alvo de preconceito e violência.

A vida dos recém-libertos não era fácil, pois mesmo com a abolição da escravatura, esses indivíduos continuaram sendo marginalizados pela sociedade, haja vista que a abolição não é capaz de eliminar o preconceito, mas apenas a legalidade da escravidão. Nesse sentido, o que se observa nos estudos analisados, é que a população negra, após a Lei Áurea, passou a enfrentar o preconceito, e continua o enfrentando até os dias atuais.

Em relação à vida dos recém-libertos, cita-se:

Largados à própria sorte, sem empregos, sem instrução mínima, pois totalmente analfabetos, desqualificados e sem moradia, um módico teto sequer, foram obrigados a migrar cada vez mais para os centros urbanos de todo tipo: cidades, povoados e vilas. Sem possibilidade de manter uma moradia digna, porquanto os ganhos auferidos com sua força de trabalho totalmente desqualificada, pois o que conseguiam de recursos, quando conseguiam, decorriam de biscates, serviços domésticos, eram insuficientes sequer para a alimentação (MANSANO, 2021, p. 138).

Não havia qualquer política pública voltada para a população negra após a abolição da escravatura, os libertos foram abandonados à própria sorte, e quando eles conseguiam algum tipo de ganho, era proveniente de uma desqualificação de sua força de trabalho, que se manifestava por meio de pagamentos abaixo da média e condições indignas de trabalho.

Essa realidade dos libertos foi sendo passada de geração em geração, eles não tinham patrimônio, dinheiro, moradia, ou qualquer outro direito que, atualmente, é tutelado pelo ordenamento jurídico brasileiro por ser considerado fundamental. Somente 100 anos depois, em 1988, o racismo foi reconhecido como um crime inaceitável e que precisava ser punido com severidade.

Pode-se observar que a escravidão deixou marcas profundas na sociedade brasileira. Todos esses anos de escravidão culminou com a consolidação de uma cultura de discriminação em face da população negra que pode ser vista até nos tempos atuais, e mesmo com todas as medidas legais existentes, não é possível afirmar que as consequências da escravidão estejam próximas de acabar.

2.2 ESCRAVIDÃO DA MULHER NEGRA

Foi comentado anteriormente que a escravidão consiste em uma época específica na história do Brasil, e que os escravizados foram alvo de diversos tipos de violência no decorrer da história. Sendo assim, nesse momento é fundamental realizar aprofundamentos acerca da escravidão da mulher negra, tendo em vista que a exploração vivenciada por essas mulheres apresenta peculiaridades em comparação com a escravidão experimentada pelos homens.

A mulher negra, durante a escravidão, realizava atividades na casa grande, como cozinheiras, cuidadoras, amas, ou seja, nesses locais, essas mulheres eram domesticadas, e tinham como função desempenhar muitos papéis. Além de realizarem essas atividades, elas também eram alvo de violência sexual pelos senhores e feitores.

Desde o período escravocrata, a mulher vivencia os efeitos da desigualdade de gênero, que é proveniente das diferenças existentes entre o sexo feminino e masculino. Enquanto as mulheres brancas desempenhavam o papel de cuidar da casa, dos filhos e marido, as escravas eram alvo de abusos sexuais.

Com relação à escravidão da mulher negra, cita-se:

Aos homens, era-lhes concedida a autoridade de ter uma mulher branca como uma figura frente à sociedade, tornando o casamento um ato social, pois, a mulher negra supria o erotismo inexistente no casamento. A imagem da mulher negra estava atrelada a uma amante para satisfazer seus desejos sexuais, tais desejos, em sua maioria supridos através do estupro de mulheres negras (ARAUJO, SILVA e RAMOS, 2019, p. 3).

Existem grupos de pessoas que apresentam maior vulnerabilidade em comparação com outros em virtude de condições pessoais que fazem com que eles sejam alvo de discriminação. A mulher negra, durante o período colonial, por exemplo, era alvo de violência por ser negra, escrava e por ser mulher, haja vista que existe uma cultura de dominação masculina em face do gênero feminino que foi sendo legitimada no transcorrer da história.

Essa questão envolvendo a violência direcionada para a mulher negra gira em torno da dominação justifica por meio de questões de gênero e pelo preconceito pela cor da pele. De geração em geração é passada a herança da escravidão e da visão de inferioridade da mulher, e isso contribui diretamente para a propagação da violência contra esses grupos.

Existe um preconceito estrutural na sociedade, onde o grupo mais fragilizado é o da mulher negra, que é alvo de opressão de todos os lados, e em vários setores da sua vida, tal como família e trabalho. O aprimoramento das leis é fundamental para combater esse preconceito consolidado na comunidade brasileira, contudo, outros mecanismos também precisam ser utilizados para dar maior efetividade às leis.

Acerca do impacto da escravidão na sociedade brasileira, enfatiza-se:

A sociedade brasileira é fruto da violência, da violência física, moral e sexual, do sequestro e apagamento histórico, da negação da humanidade e direitos mínimos, marcada pela eliminação simbólica e/ou física, da população negra. Usada a partir da força, sua exploração do trabalho para não só geração de riquezas como a construção de um país por uma alvenaria racista (TAKIMOTO, 2022, p. 17).

Historicamente, as desigualdades sociais são provenientes das relações entre oprimidos e opressores, das quais fazem com que exista uma diferença evidente entre a vida social, cultural e profissionais de determinados grupos, uma vez que essas discrepâncias estão ligadas à estratificação social e questões de gênero e raça (ARAUJO, SILVA e RAMOS, 2019).

Somente no século XX, eclodiram movimentos que tinham como finalidade combater as desigualdades experimentadas pelas mulheres, e esses movimentos passaram a ser chamados de movimento feminista, do qual foi essencial para que a mulher tivesse seus direitos reconhecidos legalmente (CHAVES, 2021).

Após a abolição da escravatura, as mulheres negras ainda tinham que enfrentar outro tipo de discriminação, que é a discriminação de gênero, pois pelo simples fato de ser mulher, ela é alvo de opressão pelo gênero masculino, seja esse indivíduo branco ou negro. Sendo assim, pode-se afirmar que a violência vivenciada por essas mulheres apresenta configurações diferentes em comparação com a violência experimentada pelos homens.

Portanto, a escravidão e a violência de gênero alimentaram, e ainda alimentam a discriminação sofrida por mulheres negras. Mesmo após séculos de evolução da civilização humana, ainda existem inúmeros casos de preconceito racial e de gênero em decorrência de culturas de dominação em face da população negra e da mulher, das quais foram enraizadas na sociedade.

2.3 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL DE 1988 E O COMBATE AO PRECONCEITO RACIAL E DE GÊNERO

As constituições são importantes documentos normativos, haja vista que eles refletem movimentos sociais que tinham como propósito combater sistemas políticos absolutistas que se caracterizavam pela violação de direitos que hoje são reconhecidos como fundamentais como, por exemplo, a presunção de inocência, a vedação de provas ilícitas, devido processo legal e tantos outros.

Conceituar as constituições não é uma tarefa fácil, pois ela apresenta alguns sentidos, tal como o sentido sociológico, o político e o jurídico, onde cada um reflete uma ótica acerca da definição desse importante documento. Ademais, em síntese, a Constituição é um documento que organiza toda a estrutura de um Estado.

No sentido sociológico, a Constituição representa o poder social; no sentido político, a Constituição é a decisão política fundamental, ou seja, ela estrutura órgãos do Estado, prevê direitos e garantias fundamentais etc; e no sentido jurídico, a Constituição é a norma pura, é o puro dever-ser (MENDES, 2023).

Entender essa relevância das constituições é essencial, pois durante séculos não haviam uma constituição, no Brasil, tutelando direitos e garantias fundamentais dos cidadãos. A primeira constituição brasileira foi outorgada em 1824 pelo imperados Dom Pedro I. Vale ressaltar que nessa constituição não havia qualquer tipo de proteção direcionada à população negra, uma vez que somente foi abolida a escravidão em 1888.

A escravidão foi viável economicamente para os países exploradores, dos quais retiraram as riquezas das terras colonizadas. Martins (2024) comenta que a escravidão é um sistema essencial na formação da comunidade brasileira e, consequentemente, ele provocou problemas que podem ser visualizados até os tempos atuais, como o racismo e a desigualdade.

A promulgação da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, em 1988, é um marco na história brasileira em virtude da proteção de direitos e garantias fundamentais promovida por essa norma. Dentre esses direitos e garantias fundamentais, previstos no Título II da Constituição Federal vigente, é possível encontrar dispositivos que tratam da igualdade de gênero, e sobre o combate ao racismo no Brasil.

Quanto à definição de direitos e garantias fundamentais, Lenza (2023) define:

Assim, os direitos são bens e vantagens prescritos na norma constitucional, enquanto as garantias são os instrumentos através dos quais se assegura o exercício dos aludidos direitos (preventivamente) ou prontamente os repara, caso violados. Em determinadas situações a garantia poderá estar na própria norma que assegura o direito (LENZA, 2023, p. 1696).

No artigo 5°, inciso I, a Constituição atual determina que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações; no inciso XLII, a mesma norma decreta que o racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão. Esses dispositivos normativos têm como propósito combater a onda de violência direcionada para determinados grupos socias, nesse caso, mulheres e negros.

Mulheres e negros são grupos sociais que sofreram, e continuam sofrendo os efeitos da discriminação e o preconceito, por isso, a constituição brasileira tem como enfoque inibir a discriminação por meio do reconhecimento da igualdade de direitos e deveres dos homens e das mulheres, bem como enfatizou ser inaceitável que o racismo fosse praticado no país sem a devida punição, principalmente, levando em consideração todos os anos de escravidão no país.

A proteção constitucionalmente de grupos mais vulneráveis é de extrema importância, tendo em vista que, hierarquicamente, a Constituição Federal é reconhecida como superior em comparação com as outras espécies de normas, ou seja, as outras normas precisam estar em harmonia com os seus dispositivos (LENZA, 2023).

Como consequências dos comandos da constituição federal, normas infraconstitucionais foram criadas para promover a efetivação de direitos e garantias fundamentais em face dos grupos sociais mais vulneráveis. Dentre as normas criadas, destaca-se a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), e a Lei 7.716/89, da qual define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Mesmo com essas inovações normativas, observa-se que a onda de violência contra a população negra, e a mulher, ainda é uma realidade no território nacional. Dados do Atlas da Violência, de 2024, demonstram que existem discrepâncias significativas nos índices de violência contra mulheres negras e não negras no país (BRASIL, IPEA, 2024).

As diferenças nas estatísticas da violência em face da mulher negra, e não negra é uma consequência do período escravocrata, assim como da discriminação de gênero que ainda persistem na sociedade conforme será demonstrado na figura 1. De acordo com dados mais atuais, a taxa de homicídios de mulheres negras por Unidade da Federação (UF) supera a taxa nacional em 2022 conforme os índices do Atlas da Violência. Em cada região do país é possível observar diferenças nas estatísticas no tocante aos crimes cometidos contra mulheres negras e mulheres não negras.

**Figura 1** – Brasil: Taxa de homicídios registrados de mulheres por 100 mil habitantes por raça/cor (2012 a 2022)



**Fonte:** Brasil, IPEA (2024)

Entre 2012 e 2022 é visível, na figura 1, que a taxa de homicídios registradas de mulheres negras e brancas, apresenta uma variação em número absolutos, contudo, o que não muda é o fato de que a taxa da mulher negra vítima de homicídio é superior aos números envolvendo a mulher branca.

Ainda com base no Atlas da violência, a chance de uma mulher negra ser assassinada era 1,7 vezes maior do que a de uma mulher não negra. Vale mencionar que em alguns estados, a chance de uma mulher negra se alvo de violência é duas vezes maior do que a de uma mulher não negra.

Em Alagoas, por exemplo, mulheres negras têm chances 7,1 vezes maiores de serem mortas violentamente em comparação com mulheres não negras. Diversos outros estados da região figuram entre aqueles com as maiores chances de uma mulher negra ser vítima de homicídio em relação a uma mulher não negra, como o Ceará (onde essa chance é 72,2% maior), Rio Grande do Norte (64%), Sergipe (62,9%) e Maranhão (61,5%) (BRASIL, IPEA, 2024, p. 42).

A violência experimentada pela mulher no Brasil engloba atos de várias naturezas, desde agressões físicas, sexuais, morais, patrimoniais e psicológicas. As mudanças legais vêm demonstrando a necessidade de intervenções mais latentes serem efetuadas para impedir a violação frequente de direitos e garantias fundamentais das mulheres negras.

Portanto, a criação da Constituição Federal de 1988 contribuiu para a realização de alterações legislativas, das quais são utilizadas para confirmar a proteção de direitos e garantias fundamentais, especialmente, daqueles indivíduos mais vulneráveis como no caso da população negra e da mulher, contudo, ainda é essencial a criação de políticas públicas voltadas para combater a discriminação de gênero e o preconceito racial no país.

3 O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

3.1 LEI DE EXECUÇÃO PENAL

A Lei 7.210/84, disciplina execução penal no território nacional, onde por meio dessa execução da pena, o Estado deve promover a integração social do condenado e do internado conforme prevê seu artigo 1°. Vale enfatizar que nem sempre foi assim, pois há séculos atrás era comum a aplicação de penas desproporcionais e cruéis.

Uma punição física e brutal, para os indivíduos que violavam as regras de uma determinada comunidade, era um evento comum nos períodos mais antigos da história da humanidade (CUNHA, 2020). Ao passar dos séculos as punições adquiriram um caráter mais civilizado como, por exemplo, a criação das prisões, contudo, ainda é possível identificar problemas que precisam ser solucionados envolvendo o processo de punição.

Atualmente, a aplicação de punições desumanas é proibida conforme o artigo 5° da Constituição Federal. Essa mudança é proveniente do processo de humanização das penas, do qual se caracteriza pelo surgimento das prisões, por meio das quais o Estado pune e ressocializa o indivíduo apenado (GRECO, 2022).

A pena é um instrumento legal utilizada para punir os indivíduos que violam as leis vigentes em uma determinada nação, ou seja, a existência dessas sanções é fundamental para inibir a ação de infratores, e punir aqueles que executam alguma conduta tipificada como infração penal.

Por meio da Lei de Execução Penal (LEP), o Estado tutela os direitos, assim como decreta quais são os deveres dos encarcerados em todo o país. No artigo 10, da LEP, estabelece que os presos e o internados terão assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.

Quanto à finalidade da pena, cita-se:

A fase executiva da pena representa o momento mais importante da persecução penal por constituir o pagamento pelo injusto causado e a oportunidade de regeneração do preso, que em breve deverá ser reintegrado à sociedade, podendo ou não reincidir criminalmente. Todavia, a reclusão não pode ser vista exclusivamente como castigo ao infrator, na medida em que o cárcere oferece tempo livre suficiente apto ao desenvolvimento de programas reestruturantes, pautados no resgate da cidadania e aptos a promover a reintegração social do apenado (OLIVEIRA e RIBEIRO, 2021, p. 368).

A proteção dos direitos do infrator tem como pressuposto básico o princípio da dignidade da pessoa humana e da humanização da pena, dessa forma, com base na LEP, a finalidade da sanção não deve apenas ter como finalidade retribuir o mal causada pelo infrator, ou prevenir a ocorrência de delitos, mas também reeducar o indivíduo que, em breve, retornará para a sociedade.

Quanto à assistência material direcionada aos apenados, cita-se:

A assistência material representa o oferecimento de instalações dignas com condições básicas de saneamento, fornecimento de água potável, alimentação e vestuário, enquanto mantida a privação de liberdade. Nesse período, a estadia do apenado é de responsabilidade do Estado, que deve prestar-lhe alojamento digno, alimentação balanceada em horários fixos e vestimenta padronizada (OLIVEIRA e RIBEIRO, 2021, p. 4).

Esses são alguns dos direitos dos apenados no que diz respeito a toda a estrutura física que mantém os encarcerados. O Estado passa a ser o responsável pela reinserção do indivíduo na sociedade e, para isso, é essencial que os presos tenham acesso a uma execução penal em conformidade com os preceitos constitucionais. Um ponto crítico no que diz respeito ao processo de ressocialização do apenado, é que grande parte da população é desfavorável ao retorno do condenado ao convívio em sociedade.

Quanto à assistência médica, é realizada durante o cumprimento da pena, e constitui uma garantia ao cidadão, pois mesmo que ela tenha seus direitos políticos suspensos, ele tem direito aos outros direitos individuais (FARIA, 2023). Apesar de haver a previsão legal acerca dos direitos dos apenados, é importante deixar claro que a realidade das penitenciárias é diferente.

Quanto à assistência religiosa, tem como objetivo fazer com que o apenado manifesta seu sentimento religioso, o que contribui para que ele continue preservando valores morais e, consequentemente, é favorável ao seu processo de ressocialização (OLIVEIRA e RIBEIRO, 2021).

Em relação à assistência educacional, é dever do Estado promover a realização de atividades que potencializam o processo de reeducação do preso, entre essas atividades, destacam-se atividades de cunho educativo, tendo em vista que contribuem para o desenvolvimento profissional do apenado (FARIA, 2023).

No caso das mulheres presas, possuem outros direitos além dos descritos anteriormente, dos quais serão abordados no capítulo 4. Portanto, o que se pode observar é que o Estado não pode praticar punições desproporcionais, ou cruéis e desumanas, pois o preso possui um conjunto de direitos que precisam ser observados durante a execução da pena prevista em sentença judicial.

3.2 NÚMEROS DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

O sistema carcerário brasileiro apresenta números expressivos no que diz respeito ao quantitativo de apenados. Os números apresentados na figura 2 tem como base dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). A população carcerária nacional, em 2023, era de quase 700.000 (setecentos mil) presos, cumprindo sentença, sendo o Estado de São Paulo, a unidade da federação com o maior índice de encarcerados.

**Figura 2** – População prisional



**Fonte:** Brasil, SENAPPEN (2024)

A maioria esmagadora da população carcerária é composta pela população masculina, com 616.930, e o número de mulheres de presas era de 27.375, sendo que a capacidade é de 481.835, o que já manifesta um problema comum nos presídios brasileiros que é a superlotação conforme será abordada no próximo tópico.

Menezes (2022) comenta que a maioria da população carcerária é composta por pessoas pretas e pardas, com mais de 60% do total de presos no país. Conforme o Instituto Brasileiro de Geográfica e Estatística (IBGE), o total de brasileiros pardos e negros representam cerca de 55,4% da população brasileira, e cerca de 63% dos presos são pardos ou negros, e isso demonstra que são aprisionais mais pessoas negras ou pardas do que pessoas brancas no Brasil (MENEZES, 2022).

Na figura 3 é possível observar a porcentagem de presos no Brasil com base em estatísticas do sistema penitenciário apresentado pela Secretária Nacional de Políticas Penais, onde a maioria esmagadora dos presos são da cor parda ou preta conforme comentado anteriormente.

**Figura 3** – População por cor/raça no sistema prisional em 2022



**Fonte:** Brasil, SENAPPEN (2024)

A população negra apresenta vulnerabilidade maior em relação à população branca em virtude do impacto da escravidão no país. Russi (2021) destaca que homens e mulheres negros apresentam maior vulnerabilidade econômica, social e até com relação à violência letal, onde grande parte das vítimas do crime, são pessoas negras.

Portanto, evidenciou-se que existe um número elevado de pessoas nas prisões brasileiras ao ponto de gerar um déficit no número de vagas, e grande parte dessas pessoas são pardas ou negras, e esse fato tem relação direta com fatores socioeconômicos que foram mencionados anteriormente.

3.3 O PROBLEMA DA SUPERLOTAÇÃO

São vários os problemas enfrentados pelos presos dentro das cadeias brasileiras, e grandes partes desses problemas são de conhecimento de grande parte da sociedade como, por exemplo, falta de comida, falta de vestuário, falta de locais para dormir, falta de papel higiênico e outros materiais de higiene, presença de organização criminosas vendendo drogas e cometendo outros crimes dentro das prisões e, por último, mas não menos importante, a superlotação.

A superlotação nas cadeias brasileiras é uma realidade e um problema constante no país. E essa superlotação gera consequências sérias, e que afetam a efetivação da ressocialização do apenado. Há tempos que debates acerca do impacto do encarceramento em massa vêm sendo promovidos no Brasil, contudo, essa questão ainda parece estar longe de ser resolvida.

Sobre a superlotação, elenca-se:

A superlotação prisional no Brasil gera enormes consequências negativas, fazendo com que a função ressocializadora da pena privativa de liberdade seja muito questionada, além de evidenciar o excessivo encarceramento em massa. Em 2016, o Ministro do STF, Alexandre de Moraes, se manifestou sobre a temática, afirmando que o Brasil é um país que prende muito, mas prende mal (SANTIAGO, 2021, p. 12).

Em virtude da superlotação, os apenados têm acesso a uma estrutura inadequada para sua a vivencia digna, pois há falta de assistência material; o ambiente é propício para a propagação de doenças; há atuação de organizações criminosas; prática de crimes etc.

Todo esse contexto é prejudicial ao processo de reeducação do indivíduo que cumpre pena e, consequentemente, toda a sociedade perde, pois o retorno do encarcerado à sociedade ocorrerá em algum momento. Atualmente, pode-se afirmar que esse é um dos principais que acometem o sistema penal atualmente, e não existem soluções aparentes.

Santiago (2021) destaca em seu estudo que o encarceramento em massa não reduz a criminalidade, pelo contrário, a sobrecarga do cárcere contribui para que mais violência ocorre, pois, as condições degradantes e desumanas das prisões promovem o fracasso da ressocialização, com isso, a nível de reincidência criminal é elevado.

Com relações aos desafios causados pela superlotação, cita-se:

Existe, porém, uma perspectiva comum entre os países a respeito do crescimento da população prisional e da superlotação das prisões, que consiste no desafio em garantir os direitos humanos e a gestão eficiente das instituições penais, como as administrações penitenciárias e o sistema de justiça criminal. Dessa forma, se enfatiza a necessidade de desenvolvimento e incorporação de medidas destinadas a combater a superlotação prisional em uma política criminal coerente e racional (GOUVEIA, 2021, p. 10).

Os presos que convivem em cadeias lotadas são sujeitos a condições desumanas e cruéis, e essa realidade tense a ser mais dramática quando envolvem as presas, haja vista, que elas necessitam de produtos de higiene, sem mencionar as que precisam amamentar seus recém-nascidos dentro das prisões.

Revolver o problema da superlotação é fundamental para a promoção da proteção dos direitos dos apenados e, consequentemente, é uma forma de efetivar a reeducação dos presos. Pode-se afirmar, portanto, que essa questão do encarceramento em massa está ligada diretamente com o fracasso da ressocialização.

4 A MULHER NEGRA NO SISTEMA PRISIONAL ALAGOANO

4.1 DIREITOS DAS ENCARCERADAS

Os direitos das presas têm como fundamento a Constituição Federal de 1988, por meio da qual proíbe a aplica de sanções cruéis e degradantes, uma vez que tem como fundamento o princípio da humanização das penas. A LEP também é norma que norteia os direitos das apenadas, onde por meio dela são estabelecidas as obrigações em face dos encarceradas.

A assistência material, que é um direito das presas, em muitos dos casos é proporcionada pela própria família das detentas, que por meio das visitas levam alimentos, roupas, produtos de higiene, e outros recursos necessários para que os encarcerados possam cumprir a pena com dignidade.

O impacto do aprisionamento na vida da mulher apresenta novos contornos, pois, culturalmente, a mulher é vista como o sexo frágil, dessa forma, os desafios enfrentados por elas existem dentro e fora do sistema prisional. Nesse sentido, somado ao fato de ser mulheres, existem outros fatores que potencializam a vulnerabilidade da mulher, nesse caso, a cor de sua pele.

As presas têm os mesmos direitos dos apenados, contudo, por ser mulher, elas apresentam necessidades diferentes em comparação com os homens, todavia, nem sempre essas necessidades são atendidas. As apenadas, por exemplo, têm direitos relacionados com o período gestacional, como o de amamentar o filho.

As instalações das prisões devem estar de acordo com a mulher gestante, assim como é essencial assistência médica para os bebês das presas. A LEP estabelece em seu artigo 82, §2°, que as prisões devem adotar berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamenta-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade.

Um problema comum enfrentado pelas mulheres apenadas é a ausência de materiais de higiene durante o período menstrual, e estar em um local insalubre e com pouca higiene contribui para que elas desenvolvam problemas de saúde, ou adquiram alguma doença, o que é comum de ocorrer (CHAVES e ARAÚJO, 2020).

Acerca do bem-estar físico da apenada, cita-se:

Para além dos riscos à saúde física das pessoas que lidam com a menstruação, mostra-se relevante comentar o desgaste psicológico atrelado a falta de recursos para lidar com o ciclo menstrual. Quando não se pode atravessar este período com dignidade, menstruar se torna um fardo que deve ser carregado mensalmente. As incertezas ligadas à precariedade menstrual – quais sejam, a falta de absorventes e de banheiros, o medo de revelar estar menstruada, assim como a necessidade de investir dinheiro nesses produtos – geram uma carga mental pesada e recorrente para as pessoas menstruante (RIBEIRO E SANTOS, 2021, p. 10).

É necessária uma observação acerca da efetivação do acesso aos direitos básicos das apenadas enquanto perdurar o cumprimento de pena, tendo em vista que esse é o caminho que precisa ser trilhado para que mulheres possam retornar adequadamente ao convívio em sociedade.

Os desafios enfrentados pelas presas têm como principal motor causador a precariedade do âmbito prisional, especialmente, mulheres com baixa renda e que estão grávidas, pois o encarceramento prejudica o acesso a uma assistência regular que essas mulheres precisam nesse momento tão delicado que é a gestação.

Acerca das precariedades do cárcere para as mulheres presas, cita-se:

Os dados revelam a retirada do acesso de mulheres grávidas a programas de saúde pré-natal, à assistência regular na gestação e no pós-parto e, posteriormente, a privação das crianças de condições adequadas ao seu desenvolvimento. Esse diagnóstico comprova os desdobramentos do racismo, cuja deficiência estrutural existente no sistema prisional brasileiro, fazendo com que mães, filhas e filhos experimentem situações cruéis e degradantes (COSTA *et al*, 2021).

O Brasil é o terceiro país com a maior população carcerária feminina do mundo, e com o aumento do número de presas, muitas delas são mães ou estão grávidas, e mesmo com essas condições acabam sendo levadas para prisões com alojamentos insalubres e sem acesso a materiais essenciais para sua higienização (SOARES e OLIVEIRA, 2023).

O crescimento dos delitos cometidos por mulheres é uma realidade que vem preocupando no país é um fato preocupante, posto que, grande parte das presidiárias são abandonadas por suas famílias, e não recebem os devidos recursos estatais para acessar seus direitos mais básicos como alimentação, vestuário, materiais de higiene, e outras assistências necessárias como de saúde.

Portanto, o que se observa é que homens e mulheres são acometidos pelos mesmos problemas dentro do sistema prisional, e os principais desafios a serem superados envolvem a superlotação, a escassez de recursos e a estrutura inapropriada para a realização de atividades que contribuem para a reinserção do preso na sociedade.

4.2 O PERFILDAS MULHERES PRESAS NO SISTEMA PRISIONAL ALAGOANO

Entender o perfil das mulheres presas no sistema prisional alagoano é fundamental, pois por meio da criação desse perfil é possível evidenciar aspectos sociais, cor/raça e gênero relacionados diretamente com os desafios que precisam ser superados pela mulher negra dentro das prisões.

Com o passar dos anos, as mulheres vêm praticando cada vez mais infrações penais. Na figura 4, observa-se o crescimento da taxa de aprisionamento feminino nos últimos 22 anos, onde houve um acréscimo significativo a partir de 2004, seguido de uma brusca queda em 2006, contudo, curiosamente, a partir de 2006 houve uma constante crescente no índice de mulheres aprisionadas até 2016, onde entre 2017 a 2022 houve uma significativa redução.

Esse aumento a partir de 2006 é curioso porque em 2006 foi aprovada a Lei de Drogas 11.343/06, da qual passou a prever penas mais severas para os indivíduos que cometessem o crime de tráfico de drogas, e conforme será apontado nesse estudo, a maioria esmagadora das infrações penais cometidas por mulheres envolve o tráfico de drogas.

**Figura 4** – Taxa de aprisionamento feminino a cada cem mil, no Brasil, ao longo dos anos 2000-2022



**Fonte:** Brasil, SENAPPEN (2024)

Uma parte significativa das mulheres encarceradas são motivadas por terceiros para a realização do tráfico de drogas, e muitas acabam cedendo, pois, alguns desses indivíduos são seus parceiros, companheiros ou maridos. Outro fator que contribuem para que as mulheres adentrem no mundo crime é socioeconômico, posto que, muitas recorrem ao mundo do crime para adquirir recursos financeiros.

Além disso, os motivos que levam uma pessoa a cometer um crime são vários, e no caso das mulheres, um número significativo dos delitos cometidos é proveniente de motivações advindas de pessoas próximas conforme citado. E mesmo assim, os índices de infrações penais cometidas por mulheres também são baixíssimos em comparação com os cometidos pelos homens.

Historicamente, a mulher é reconhecida como o gênero frágil, com isso, foi sendo construída uma cultura de submissão da mulher em face do homem. Diante desse entendimento cultural, ao longo dos anos, a mulher foi sendo vítima de atos de violência por ser vista como alguém incapaz de se proteger.

A fragilidade da mulher é uma concepção que vem sendo passada de geração em geração, e essa perpetuação dessa concepção colabora com diversos problemas enfrentados pelas mulheres, tal como a violência, que se expressa por meio de danos físicos, psicológicos, sexuais, patrimoniais emorais.

Essa concepção de que a mulher é o sexo frágil vem perdendo espaço, e isso é resultado da presença da mulher em trabalhos e funções importantes da sociedade, assim como também é reflexo da presença da mulher na consumação das infrações penais, tais como homicídios, roubos, furtos, tráfico de drogas etc.

As infrações penais são previsões legais acerca de comportamentos humanos voluntários que violam bens fundamentais, como a vida, o patrimônio, a liberdade, a honra, a dignidade sexual, além de outros bens que são considerados de extremo valor para sociedade. Por isso, são tutelados pela norma penal, tendo em vista que a punição prevista por essas normas culmina com a privação da liberdade.

Apesar da mulher ser autoras de delitos, é nítida a diferença quantitativa no que concerne ao número de presos em comparação com o número de presas. Numericamente, as mulheres realizam um número bem menor de crimes em comparação com os índices de delitos cometidos por homens conforme pode ser observado na figura 5:

**Figura 5** – População feminina prisional em 2023



**Fonte:** Brasil, SENAPPEN (2024)

A figura 5 demonstra que em algumas unidades da federação, a população feminina prisional é significativamente menor. No Estado de Alagoas, por exemplo, em 2023, havia 137 mulheres cumprindo pena, e cumpre dizer que esses são casos de pessoas já condenadas, ou seja, com os processos transitados em julgado.

Em Estados como São Paulo e Minas Gerais, a população feminina apresenta uma quantidade maior em comparação com outros Estados, e isso ocorre por causa de fatores sociodemográficos e socioeconômicos de cada unidade da federação, ou seja, o índice populacional, assim como aspectos socioeconômicos de cada localidade colabora com a realização de práticas criminosas.

Em cada unidade da federação, observa-se que existem os índices de presas, e no Estado de Alagoas, em 2023, foram registradas 137 apenadas em todo o Estado. Lima (2022) destaca que mais de 60% dos crimes cometidos por mulheres, no Estado de Alagoas, envolvem o tráfico de drogas. Isso ocorre porque muitas mulheres adentram no mundo do crime por causa da influência de seus companheiros, além disso, muitas também cometem esse delito em razão de questões econômicas. Ademais, também tem as presas que cometem o tráfico para sustentar o próprio vício.

Apesar dos índices indicarem que grande parte das presas cometem crimes envolvendo o tráfico de drogas, é necessário salientar que, gradualmente, a mulher vem praticando infrações penais não associadas ao tráfico de drogas como, por exemplo, assassinatos e outros tipos penais mais graves.

Lima (2022) abordou o perfil da mulher presa, do qual compreende mulheres jovens, e a maioria delas tem entre 18 e 29 anos, o que chega a quase 50% das apenadas. Quanto a cor/raça dos apenados, no Estado de Alagoas, a maioria é da cor parda, seguida da cor branca e preta conforme demonstra a figura 6:

**Figura 6** – População prisional Alagoana por cor/raça em 2022



**Fonte:** Brasil, SENAPPEN (2024)

A maior parte das mulheres que cometem delitos estão no início da fase adulta, ou seja, mulheres que deveriam estar se desenvolvendo profissionalmente, procurando evoluir, contudo, em virtude de múltiplos fatores acabam por estragar suas vidas em favor do crime.

Analisando os dados, denota-se que os índices gerais refletem o perfil dos presos nas unidades das unidades da federação, tendo em vista que tanto a nível estadual, como a nível nacional, os dados demonstram que o índice de pessoas pardas e pretas aprisionadas são superiores tanto em homem como em mulher.

Os dados da figura 6, apontam o índice geral de homens e mulheres no sistema prisional alagoano de acordo com a cor/raça, contudo, o índice de apenas mulheres presas de acordo com cor/raça, não é diferente, pois a maioria das presas são da cor parda, seguida da cor branca, e da cor preta conforme a figura 7:

**Figura 7** – População prisional Alagoana por cor/raça e gênero em 2022



**Fonte:** Brasil, SENAPPEN (2024)

Lima (2022) também abordou a escolaridade das apenas alagoanas, sendo que a maioria delas não possuem o Ensino Fundamental Completo, seguido de mulheres com Ensino Médio Completo, e pouco menos de 2% delas apresentam o Ensino Superior Completo. Observa-se que quanto menor o índice de escolaridade, maior é a porcentagem de mulheres presas no Estado alagoano. Quanto ao estado civil das mulheres, a maioria delas são solteiras, tanto na média nacional quanto em Alagoas, seguido do índice de mulheres em união estão ou casadas (LIMA, 2022).

Esses dados demonstram aspectos importantes que caracterizam a população carcerária feminina, como a idade, a cor/raça, escolaridade, ou seja, fatores que estão interligados com a vulnerabilidade de determinados grupos sociais. Essas vulnerabilidades são herança de sistemas que foram aplicados opressivamente no país, entre eles o racismo e a própria discriminação de gênero.

Um exemplo disso é que a maioria das presidiárias possuem baixa renda, são pardas ou pretas, e também apresentam o nível de escolaridade baixo. Essas informações refletem problemas enraizados na sociedade brasileira, onde a taxa de pobreza de pessoas pretas e pardas são cerca de duas vezes maiores que a dos brancos conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2022).

Não há como ignorar a relação entre as desigualdades sociais por cor ou raça, que são notórias no mercado e trabalho, com o perfil das apenadas em todas as unidades da federação. A realidade dos presídios alagoanos não é diferente da realidade da maioria dos presídios brasileiros.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apresentados na figura 8, o desemprego e a informalidade também são maiores entre pessoas pretas e pardas, por isso, é importante que durante o processo de reeducação das apenadas, elas sejam sujeitas a medidas educativas para que possam desenvolver habilidades profissionais, e possam conseguir acessar vagas de empregos. Além disso, entre as pessoas com nível superior, ainda conforme o IBGE (2022), os brancos recebiam 50% a mais que os pretos.

**Figura 8** – População em idade de trabalhar, na força de trabalho, desocupada e subutilizada (5%) por cor ou raça em 2021



**Fonte:** Brasil, IBGE (202E)

Com esse perfil, a população negra e parda se apresenta como as mais vulneráveis na sociedade, dessa forma, independentemente de estarem livres ou cumprindo pena, ainda serão alvo de injustiças e violência na sociedade. Além de tudo, não é suficiente melhorar a estrutura prisional, e não consertar problemas presentes na sociedade como o próprio preconceito de raça e gênero.

Portanto, o perfil da presidiária alagoana consiste em mulheres jovens, solteiras, de cor parda e preta, com grau de escolaridade baixo e com poucos recursos financeiros, e todo esse contexto contribui para a vulnerabilidade da mulher dentro dos presídios, pois além de não ter o suporte necessário do Estado, muitas delas são abandonadas por seus familiares.

4.3 DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES NEGRAS NO SISTEMA PRISIONAL ALAGOANO

São inúmeros os desafios enfrentados pela mulher negra dentro do sistema prisional alagoano. Conforme demonstrado na confecção desse estudo, o sistema prisional nacional, assim como o sistema prisional alagoano apresenta diversos problemas estruturais que precisam ser solucionados, assim como manifesta problemas socioeconômicos presentes na comunidade brasileira, especialmente, quando analisado o perfil das mulheres presas, sendo jovens, de baixa renda e abandonadas pela família.

Existe o projeto de lei 59/23, do qual tem como finalidade assegurar produtos de higiene pessoal para mulheres presas, haja vista que esse é um desafio a ser superado pelas mulheres presas durante o cumprimento da sentença, já que muitas delas não recebem a assistência necessária para viver nas prisões com dignidade.

É essencial que a apenada tenha acesso a papel higiênico, absorvente, dentre outros recursos, contudo, na prática isso não ocorre, por isso, existem projetos de lei com essa finalidade, o que demonstra uma ineficiência da LEP, tendo em vista que ela já prevê que o apenado tem direito a assistência material por parte do Estado, entretanto, na prática isso não ocorre. Dessa forma, nada garante que novas legislações sejam eficientes.

A vulnerabilidade mulher negra presa nas prisões é evidente, inclusive, há relatos de apenadas que utilizam miolo de pão para conter o fluxo menstrual perante a ausência de absorventes, pois nem o Estado disponibiliza, e nem a família da assistência para a mulher presa (SOUZA, 2023).

Acerca dos desafios enfrentados pelas mulheres negras presas, ressalta-se:

Agressões físicas e verbais, violação ao direito à intimidade das mulheres, falta de água para tomar banho e de acomodações adequadas para dormir, má qualidade da comida e o uso indevido de algemas, inclusive no parto, realidade esta que teve uma mudança apenas com a aprovação da Lei 13.434/2017 – que vedou o uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato – revelam a prisão como manutenção do poder de desumanização de corpos (COSTA *et al*, 2021).

Em 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF), reconheceu que existe um estado de coisas inconstitucional no sistema prisional brasileiro por meio do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347 do Distrito Federal (DF), uma vez que foram identificados problemas estruturais nas prisões brasileiras por não atenderem os requisitos legais no que diz respeito à assistência material, de saúde, educacional etc (COSTA *et al*, 2021).

É comum encontrar decisões judiciais envolvendo a violação de direitos dos apenados dentro das prisões brasileiras. A própria decisão do STF é uma manifestação judicial da ineficiência da proteção dos direitos dos indivíduos encarcerados. E essa ineficiência afeta diretamente a reeducação dos presos.

Dariam e Cordeiro (2023) que as detentas precisam lidar diariamente com abusos sexuais cometidos por agentes públicos, e isso reflete problemas culturais envolvendo a submissão de um gênero em virtude de outros. É nítido que os desafios a serem superados pelas mulheres presas refletem a discriminação de gênero presente na sociedade.

Existem barreiras e estigmas que precisam ser superados pela detentas, dos quais prejudicam o seu retorno para a sociedade após o cumprimento da sentença. A ausência de programas de capacitação profissional e educacional são alguns dos problemas que precisam ser enfrentados pelas mulheres nas cadeias (COSTA *et al*, 2021).

Os fatores que contribuem para a existência da desigualdade de gênero existente no sistema prisional refletem as desigualdades de gênero que existem na sociedade, tendo em vista que as mulheres negras que acabam no sistema prisional são provenientes de contextos econômicos de vulnerabilidade, baixa renda, baixa escolaridade, sem acesso a emprego, e tudo isso contribui para que elas sejam marginalizadas (DARIAN e CORDEIRO, 2023).

Historicamente, a mulher negra é alvo de vários tipos de violência conforme foram abordados anteriormente, e isso implica que o Estado olhe diferente para essas mulheres, tendo em vista que elas foram, e continuam sendo alvo de discriminação em decorrência da escravidão e a ideia de submissão do gênero feminino.

Os desafios a serem superados pela mulher negra não são os mesmos que as mulheres brancas, pois enquanto mulheres brancas estavam lutando pelo direito ao voto, as mulheres negras estavam servindo mulheres brancas e cuidando dos filhos das patroas, ou seja, não existe apenas a questão de gênero a ser superado, mas a própria questão racial também (GONZAGA *et al*, 2023).

A ideia de submissão feminina contribui para que mulheres cometam delitos em favor de seus companheiros, tal como o tráfico de drogas, que é um dos crimes mais cometidos por mulheres. Sendo que, em grande parte dos casos, essas mesmas mulheres são abandonadas por seus companheiros quando são presas.

A mulher negra presa enfrentará desafios dentro e fora do sistema prisional, por isso, é de extrema importância a existência de programas voltados para as necessidades das mulheres para que elas possam ser reintegradas para a sociedade. Todavia, o preconceito voltado para as mulheres encarceradas dificulta tudo isso.

Em relação as desigualdades enfrentadas pela mulher negra, ressalta-se:

A perspectiva de gênero revela a desigualdade historicamente enraizada na sociedade, que tem um reflexo direto nas condições de vida das mulheres encarceradas. As mulheres são frequentemente submetidas a estigmas e estereótipos relacionados à sua feminilidade, sendo mais vulneráveis à violência sexual e física dentro das prisões. Além disso, elas enfrentam dificuldades específicas no acesso à educação, à saúde e ao trabalho, o que pode perpetuar seu ciclo de criminalidade (DARIAN e CORDEIRO, 2023, p. 11).

Ainda sobre as barreiras que precisam ser superadas pelas mulheres negras presas, importante frisar que no sistema prisional, a mulher apresenta uma elevada prevalência de transtornos mentais em virtude do contexto de vida das apenadas antes mesmo da prisão, pois muitas delas foram vítimas de algum tipo de abuso ou abandono por parte de familiares, e tudo isso promove o desenvolvimento de transtornos, e é nocivo para a ressocialização da encarcerada (GONZAGA *et al*, 2023).

A realidade é que antes mesmo de ser presa, a mulher negra já é vítima de algum tipo de violação de seus direitos, e dentro do ambiente prisional, esse problema aumenta, uma vez que muitas delas têm medo de serem alvo de mais violência dentro das cadeias, pois mesmo havendo um aumento no índice de mulheres presas, a maioria delas não cometem crimes considerados graves como o homicídio (COSTA *et al*, 2021).

Outro ponto que precisa ser enfatizado são as vulnerabilidades enfrentadas pela mulher negra grávida aprisionada, onde não apenas ela é alvo de violência, mas o seu filho também, e isso pode gerar consequências graves pra o desenvolvimento da criança que está sujeita a viver em um ambiente inadequada como o prisional.

Os desafios enfrentados pelas mulheres nas cadeias são únicos, e sua condição de gênero e cor/raça contribui com isso, pois existe o racismo estrutura, a violência, a ausência de recursos e serviços essenciais que dificultam a vida da mulher drasticamente, especialmente, se ela for gestante ou mãe.

Com relação à violência de gênero no âmbito prisional, cita-se:

O sistema prisional pode ser um local propício para a perpetuação de violência contra as mulheres, já que a maioria dos estabelecimentos se concentra em atender às necessidades e características masculinas. As mulheres encarceradas enfrentam desafios únicos, como a violência física e sexual, a falta de acesso a cuidados de saúde adequados e a pouca oferta de programas de reabilitação voltados para suas especificidades (DARIAN e CORDEIRO, 2023, p. 12).

Dentro as prisões as mulheres são invisibilizadas, pois, culturalmente, as prisões são locais para homens, não mulheres. Dessa forma, é observável que a estrutura das prisões é incompatível com os cuidados que as mulheres precisam ter, principalmente, de higiene, e tudo colabora com a expansão da vulnerabilidade feminina nas prisões.

Um dos tipos de violência experimentados por encarceradas é a violência sexual e física, onde elas podem ser cometidas tanto pelos guardas prisionais, como também por outras detentas, e isso é preocupante, pois ele tipo de violência não gera apenas traumas físicos, mas também psicológicos.

A ausência de programas específicos para mulheres é uma barreira enfrentada no processo de ressocialização, bem como na tutela dos direitos das mulheres, pois a ressocialização não beneficia apenas a sociedade, mas as mulheres também. Programas voltados para combater a violência de gênero é uma forma de passar maior segurança para as detentas.

Portanto, é evidente que os desafios enfrentados pelas mulheres dentro do âmbito prisional são diversos, dos quais variam desde problemas estruturais presentes nas cadeias, até problemas de ordem social que acompanham as mulheres negras dentro e fora das prisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período escravocrata na história do Brasil deixou marcas profundas que foram sendo passadas de geração em geração. Uma dessas marcas é o preconceito racial, e no caso das mulheres negras, observou-se que elas são vítimas de discriminações não apenas por serem negras, mas também por serem mulheres.

Conforme observado no primeiro capítulo, mesmo com todas as mudanças legislativas envolvendo o combate ao racismo, no Brasil, e também no que diz respeito ao combate da discriminação de gênero, a mulher ainda é alvo de violência física, psicológica, mental, sexual e moral. Seja ela escrava, como no período colonial, ou livre, continua sendo um grupo social vulnerável na sociedade.

Se a mulher negra livre é alvo de violência, com a mulher negra encarcerada não é diferente. Ela é alvo de vários tipos de violência dentro das prisões. O âmbito prisional é um local insalubre, onde os encarcerados não conseguem acessar o mínimo de recursos necessárias para suprir suas necessidades básicas, e no caso das mulheres esse problema adquire maiores proporções em virtude dos aspectos biológicos do corpo da mulher, já que elas menstruam, e parte das presas são gestantes.

Conforme abordado no terceiro capítulo, a superlotação dos presídios brasileiros é um problema grave, tendo em vista que essa superlotação contribui para a proliferação de doenças; ações de grupos criminosos dentro das prisões; prática de infrações penais, além de outras atividades nocivas ao processo de ressocialização. E no caso da mulher apenada, denota-se que essa realidade não é diferente, pois elas também vivenciam problemas estruturais presentes nos presídios do país.

O perfil da maioria das mulheres presas, em Alagoas, é composto por mulheres jovens, entre 18 e 29 anos, que cometem, em sua maioria, crimes envolvendo o tráfico de drogas, possuem baixa escolaridade, e são solteiras. Essas informações demonstram a vulnerabilidade das presas, tendo em vista que grande parte delas são de baixa renda e não possuem um grau de instrução profissional elevado, sem mencionar que grande parte delas são abandonadas por familiares e companheiros quando são presas.

No caso da mulher negra, observa-se que ela é alvo de vários tipos de violência em razão do seu gênero, e em virtude da cor de sua pele, e dentro do âmbito prisional essa realidade é mais brutal, pois as mulheres não têm acesso a materiais de higiene, e outros produtos e serviços necessários, com isso, é explícito que não há uma efetiva proteção dos direitos da mulher negra encarcerada no estado alagoano.

Existem projetos de lei, e debates acerca da promoção da defesa dos direitos das mulheres encarceradas, contudo, a LEP já existe, e prevê os direitos dos presos e das presas, assim como a própria Constituição Federal de 1988 estabelece uma série de direitos envolvendo os presidiários, contudo, essas normas aparentam não ser suficientes não por uma questão jurídica, mas por uma questão prática, pois os comandos legais existem, mas os recursos materiais, e as assistências necessárias não chegam até os presos da devida maneira.

Sendo assim, é de extrema importância que sejam revistas a atuação dos agentes públicos, a chegada de recursos materiais e a ampla fiscalização no que concerne à efetivação dos direitos das mulheres negras aprisionadas, pois na prática isso não está ocorrendo eficientemente. Portanto, para a efetivação da proteção dos direitos das presidiárias são necessárias políticas públicas voltadas para a promoção de recursos assistenciais como vestimentas, materiais de higiene, comida, saúde e outros serviços para que as presas possam ter seus direitos tutelados, bem como para que elas retornem reeducadas para a sociedade; e a criação de políticas voltadas para combater a discriminação de gênero e outros tipos de preconceito envolvendo raça.

**REFERÊNCIAS**

ABREU, Daniel Albuquerque de. **Como funciona a metodologia de pesquisa jurídica?** Disponível em: https://direito.idp.edu.br/idp-learning/pesquisa-juridica/metodologia-pesquisa-juridica/. Acesso em 04 de agosto de 2024.

ARAUJO, Maria Eduarda Alexandre de; SILVA, Crisleide Elionã Maria da; RAMOS, Lydia Vitoria Firmino Pereira. **A trajetória da violência contra a mulher negra no Brasil: expressões de uma questão social, um debate necessário para o serviço social**. Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Sistema prisional é uma das maiores violações de direitos humanos no Brasil, diz presidente do STF e do CNJ**. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/sistema-prisional-e-uma-das-maiores-violacoes-de-direitos-humanos-no-brasil-diz-presidente-do-stf-e-do-cnj/. Acesso em 04 de agosto de 2024.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). **Relatório de informações penais – RELIPEN**, 2023. Disponível em:https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-lanca-levantamento-de-informacoes-penitenciarias-referentes-ao-primeiro-semestre-de-2023#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20total%20de%20custodiados,estudar%2C%20dormem%20no%20estabelecimento%20prisional. Acesso em 10 de agosto de 2024.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 09 de agosto de 2024.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Atlas da violência** – Brasília: Ipea; FBSP, 2024.

BRASIL. Instituo Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento**, 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento#:~:text=Uma%20an%C3%A1lise%20das%20linhas%20de,pardos%2C%2038%2C4%25. Acesso em 17 de agosto de 2024.

BRASIL. Secretária Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). **Dados estatísticos do sistema penitenciário**, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/senappen/pt-br/centrais-de-conteudo/paineis-analise-de-dados. Acesso em 09 de agosto de 2024.

BRASIL. **Lei de Execução Penal: Lei 7.210/84: institui a Lei de Execução Penal**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l7210.htm. Acesso em 09 de agosto de 2024.

CHAVES, Lyjane Queiroz Lucena. **Breve história das mulheres e relação de gênero**. *Revista Educação Pública*, v. 21, nº 24, 29 de junho de 2021. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/24/breve-historia-das-mulheres-e-relacao-de-genero. Acesso em 04 de agosto de 2024.

CHAVES, Luana Hordones; ARAÚJO, Isabela Cristina Alves de. Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, p. e300112, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/7z5kcxDVhFxksgJcGRRxQqv/. Acesso em 05 de agosto de 2024.

CREMONESI, André Guilherme. Resistência escrava apesar da lei: a violência senhorial e cerceamento legal contra os escravizados no Brasil império. **Trilhas da História**, v. 10, n. 19, ago.-dez., ano 2020. Disponível em: https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/9989. Acesso em 05 de agosto de 2024.

COSTA, Alexandre Bernardino *et al*. Sistema prisional brasileira e a seletividade no tratamento das detentas gestantes, parturientes e lactantes**. Revista Direito**. UnB, V. 05, N. 03, 2021. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/37102/32034. Acesso em 05 de agosto de 2024.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de direito penal: parte geral** (arts. 1° ao 120). - 8. ed. rev., ampl. e atual. - Salvador: JusPODIVM, 2020.

DARIAN, Sayle Nayrad Santos; CORDEIRO, Taiana Levinne Carneiro. (Des)igualdade de gênero no sistema prisional. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.9.n.10. out. 2023. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11889. Acesso em 05 de agosto de 2024.

FARIA, Camilla da Silva Santos de. **A ineficácia da aplicabilidade da lei de execução penal: a responsabilidade do estado na ressocialização dos apenados**. Ano. 08, Ed. 01, Vol. 03, pp. 111-128. Janeiro de 2023. Disponível em> https://www.researchgate.net/publication/368235690\_A\_ineficacia\_da\_aplicabilidade\_da\_lei\_de\_execucao\_penal\_a\_responsabilidade\_do\_estado\_na\_ressocializacao\_dos\_apenados. Acesso em 05 de agosto de 2024.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: volume 1: parte geral: arts. 1º a 120 do Código Penal**. – 24. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2022.

GONZAGA, Alvaro Luiz Travassos de Azevedo *et al*. **Sistema prisional no Brasil e as mulheres negras**. I S S N 2318 - 5732 – VO L. 1 1, N. 2, 2023. Disponível em: https://portal.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/1434/794. Acesso em 09 de agosto de 2024.

GOUVEA, Carolina Carraro. Pena privativa de liberdade e superlotação carcerária: explorando os desafios em uma perspectiva comparada. **Revista Vianna Sapiens**, v. 12, n. 1, p. 23-23, 2021. Disponível em: https://www.viannasapiens.com.br/revista/article/view/710. Acesso em 09 de agosto de 2024.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional**. – 27. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2023.

LIMA, Raphael Rocha. **ANÁLISE DA CRIMINALIDADE FEMININA: o perfil das presidiárias do Brasil e do Estado de Alagoas**. Universidade Federal de Alagoas – UFAL, 2022. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/10118/1/An%C3%A1lise%20da%20criminalidade%20feminina-%20o%20perfil%20das%20presidi%C3%A1rias%20do%20Brasil%20e%20do%20estado%20de%20Alagoas.pdf. Acesso em 09 de agosto de 2024.

MARTINS, Sergio Mauro Chaves. A escravidão no Brasil colonial e no império: o papel dos africanos no comércio de escravos. **Revista Científica Excellence** | V. 27. N. 01. JULHO, 2024. Disponível em: https://www.excellenceeduc.com/edicao-v-27-n-01-julho-2024/. Acesso em 09 de agosto de 2024.

MANSANO, Amauri. Breves considerações sobre o fim da escravidão e o direito do negro à moradia. **Revista Aurora**, v. 14, n. 3, p. 135-146, 2021. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/12699. Acesso em 11 de agosto de 2024.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito**. – 18. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2023

MENEZES, Elder Santos. **Análise do perfil da população carcerária nos presídios brasileiros.** 2022. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/4542. Acesso em 11 de agosto de 2024.

MOTTA, José Flávio. A escravidão brasileira à época da Independência. **Revista USP** - São Paulo n. 132, p. 37-58, janeiro/fevereiro/março 2022. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/196259. Acesso em 11 de agosto de 2024.

NUNES, Danilo Henrique; NOGUEIRA, Mateus. **Racismo estrutural e as mulheres negras encarceradas duplamente penalizadas**, n. 9, p. 811-844, out/2021 ISSN 2358-1557. Disponível em: https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/download/2453/1812/8542. Acesso em 11 de agosto de 2024.

OLIVEIRA, Tarsis Barreto; RIBEIRO, José Roberto Ferreira. **A assistência ao preso durante a execução da pena e sua influência na reinserção social do apenado**. ISSN nº 2359-0106 Vol. 8, n. 2, 2021. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/direito/article/view/11633. Acesso em 11 de agosto de 2024.

PORFÍRIO, Fernando Matozinhos; BLULM, Luiz Felipe Magnago; SILVA, Ruth Stein. Os lucros da escravidão no Brasil e seu impacto econômico: uma abordagem histórica dos séculos XVI ao XIX. **Revista Pet Economia Ufes**. Vol. 2. agosto, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/peteconomia/article/view/36453/23880. Acesso em 11 de agosto de 2024.

RIBEIRO, Carla Gabriela Cruz; SANTOS, Sharina Noleto. A POBREZA MENSTRUAL: UMA ANÁLISE DA DIGNIDADE DAS PRESAS NO BRASIL. **Facit Business and Technology Journal**, v. 2, n. 31, 2021. Disponível em: https://revistas.faculdadefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/1309/866. Acesso em 11 de agosto de 2024.

RUSSI, Leonardo Mariozi. **A vulnerabilidade da população negra à violência letal e sua relação com fatores socioeconômicos**, 2021. Disponível em^ https://uenp.edu.br/pos-direito-teses-dissertacoes-defendidas/direito-dissertacoes/21888-leonardo-mariozi-russi-1/file. Acesso em 11 de agosto de 2024.

SANTIAGO, Caroline Borges. **A justiça restaurativa como instrumento de diminuição da superlotação carcerária no Brasil**. 2021. Disponível em: https://ri.ucsal.br/items/0d2e7e1d-a3ad-4175-9d9f-189221125c04. Acesso em 11 de agosto de 2024.

SOARES, Kaluane Viana Silva; OLIVEIRA, Tanira Alves Novaes de. **O desafio da mulher carcerária e a necessidade de melhorias no sistema prisional brasileiro**. [Ciências Jurídicas](https://revistaft.com.br/category/ciencias-juridicas/), [Ciências Sociais](https://revistaft.com.br/category/ciencias-sociais/), 2023. Disponível em: https://revistaft.com.br/o-desafio-da-mulher-carceraria-e-a-necessidade-de-melhorias-no-sistema-prisional-brasileiro%C2%B9/. Acesso em 11 de agosto de 2024.

SOUZA, Murilo.**Projeto assegura oferta de produtos de higiene pessoal para presas**

**Fonte: Agência Câmara de Notícias**, 2023. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/949284-projeto-assegura-oferta-de-produtos-de-higiene-pessoal-para-presas/#:~:text=%E2%80%9CH%C3%A1%20relatos%20de%20presas%20que,absorvente%E2%80%9D%2C%20afirma%20o%20texto. Acesso em 13 de agosto de 2024.

TAKIMOTO, Natalia Sayuri Lourenço. **O Racismo como expressão da questão social e o impacto do racismo estrutural na vivência de mulheres negras**. 2022. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/b9a8b7c4-6dee-4036-927d-9f44a14efe99/content. Acesso em 13 de agosto de 2024.